

Secretaria Especial dos Direitos Humanos Presidência da República

Brasília, 5 de junho de 2007, Centro de Convenções Brasil 21:

Discurso do ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) na abertura da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Boa noite, Excelentíssimo Senhor Presidente da República e querido companheiro, Luiz Inácio Lula da Silva,

querida companheira dona Marisa Letícia,

ministro companheiro Luiz Dulci,

ministro José Antônio Toffoli, advogado-geral da União,

ministro José Gomes Temporão,

ministra Nilcéia Freire,

deputada Cida Diogo,

ministro interino da Previdência, Carlos Gabas,

senhor Eloy Ferreira de Araújo,

ministro de estado chefe-interino da Seppir,

companheiros Tony Reis, presidente da ABGLT, companheira Fernanda Benvenutti, representante do Movimento de Gays Lésbicas, Bissexuais e Travestis, senhora Negra Cris, companheira,

representantes de organismos internacionais, delegações estrangeiras, colegas jornalistas, parlamentares, representantes de

ministérios articulados com a organização dessa Conferência, delegadas, delegados, convidadas, convidados, observadores.

Presidente, a primeira palavra que trago da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, em nome de uma militância que trabalhou ali dentro durante meses, em interligação com vários ministérios, em ação intersetorial e numa parceria, numa interação com os movimentos da sociedade civil, com as autoridades dos três poderes, dos três entes federados, é que nós vivemos aqui, hoje, a emoção de uma noite histórica sob vários títulos.

O nosso enorme agradecimento, presidente, a todo o apoio, a toda força que nos deu em momentos de hesitação, de dificuldade, de objeções que, numa sociedade democrática, naturalmente, aparecem quando se trata de um evento histórico tão inovador, no sentido de que o Brasil sai na frente na construção de um processo em que a autoridade pública convoca, por meio de um decreto presidencial, um processo em que os governadores estaduais, as assembleias legislativas, o Ministério Público dos estados se deram as mãos para assegurar, com 600 delegados representando mais de 10 mil participantes dessa jornada, representando, ninguém sabe quantos milhões de brasileiros e brasileiras que integram o segmento GLBT.

Um movimento que hoje é capaz de realizar as maiores e mais importantes mobilizações de rua dessa cidade, ultrapassando já em muito todos os números de participantes dos memoráveis comícios da campanha Diretas Já. Agora, em São Paulo, dia 25, de novo três milhões de pessoas participando.

São 300 paradas do orgulho gay no Brasil. E esta abertura, se dá num clima de grande emoção. Isso porque, além do Brasil, de novo, comprovar que está efetivamente transitando essa mudança de patamar, uma nação que, presidente, finalmente consegue trilhar o caminho da sua vocação de uma democracia que completamos 20 anos de estado democrático de direito agora, no seu governo. Ela parte decididamente para enfrentar os principais desafios dos direitos humanos no Brasil, o primeiro deles é o desafio da comida.

Havia 40 milhões, 50 milhões de brasileiros que não tinham asseguradas três refeições por dia e, em cinco anos e meio de ação decidida, isso se não está assegurado está à vista, é possível já prever

o momento em que os números assegurarão. A pobreza demorará mais tempo, mas, a miséria absoluta, ela já enfrenta hoje uma República democrática organizada e decidida a não tolerar, como durante décadas, a miséria extrema, absoluta, foi tolerada.

Emoção porque é um dos marcos do Calendário de Comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aquele momento, em Paris, as Nações Unidas recém fundadas, ainda assustadas com os horrores da guerra, do holocausto. Holocausto que eliminou talvez 60 milhões de vidas humanas, 6 milhões de judeus. Estigmatizou, massacrou comunistas, socialistas, cristãos, ciganos, homossexuais em quem cravavam um triângulo rosa como uma espécie de marca na pele para firmar o ódio nazista que ainda tem seguidores esporádicos no planeta e até mesmo em nosso país.

Essa Declaração, 160 anos depois, reeditava a Carta dos Direitos Humanos de 1789, que nós conhecemos pelo triângulo: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Eu me perguntava hoje, presidente, se este encontro, celebra mais a liberdade ou mais a igualdade? E poderiam objetar que mais a liberdade e a igualdade são indissociáveis, sim. Mas, durante décadas e séculos foram dissociadas ou com o argumento de que queremos a igualdade e sacrificamos a liberdade, a história das ditaduras. Ou a idéia, cínica de que a liberdade significa o meu direito de explorar o trabalho de outros, explorar a fragilidade dos mais fracos. E o terceiro termo do triângulo, que é a fraternidade, palavra atualizada hoje para solidariedade.

Solidariedade é a capacidade de sentirmos a ofensa, o problema, a dificuldade de cada ser humano como se fosse vivida por nós mesmos. Este encontro, como raros, conjuga: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Solidariedade sim, porque na composição dos delegados, no formato dois terços de sociedade civil, um terço de poderes públicos, nós temos aqui militantes da causa que podem não ser integrantes do segmento, mas, vêem a luta da causa como se nossa fosse.

Que é a posição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A emoção é também tristeza junto com alegria. E tristeza por que, senhor

presidente? Tristeza porque o nosso país, nesse 20º ano do estado democrático de direito, ainda é um país em que o ódio, o preconceito, a discriminação produzem violências como essa que se abate, em especial, sobre o segmento GLBT, estima-se que uma pessoa no Brasil seja assassinada a cada três dias. Nessa média de mais de 100 pessoas por ano, nós temos quase três mil computados só no noticiário de jornal, de 1980 para cá.

Casos que vão do Edson Nery, aqueles adestrador de cachorro da praça da República, em São Paulo, que o senhor se lembra da época, nós conversamos sobre isso. Travestis que são mortas no Brasil ou em países da Europa, travestis brasileiras. Recentemente, no momento em que fazíamos anúncio de imprensa dessa conferência, era assassinado, em Crateús, o professor Luis Palhano Loiola, a quem homenageamos, com 21 facadas e todas as características tradicionais de crime homofóbico.

Este encontro, presidente, é o momento que o senhor propiciou, que os três poderes interligados e a sociedade civil propiciaram em que o Brasil avançará a definição de que não queremos mais essa reedição de violência, de preconceito, de discriminações e aqui construiremos propostas de políticas públicas que disciplinadamente levaremos em cada uma de nossas instâncias do Senado, à Câmara dos Deputados, ao Ministério Público Federal, ao Judiciário ou Ministério Público estadual e no âmbito de todos os Ministérios do Governo Federal.

Também, a conferência é parte da revisão do Programa Nacional de Direitos Humanos que o Brasil tem desde 1996, com uma segunda edição em 2002. Em 2008 queremos e estamos promovendo um debate de alcance inédito para mobilizar setores como a Imprensa, o Judiciário, todos os legislativos estaduais, as empresas privadas, como acontecerá em São Paulo, no próximo dia 24 de junho, com a sua presença, presidente.

O movimento histórico que sustentou essa causa e fez chegá-la até essa grande e emocionante noite de vitória, de conquista. A atualização fará com que o tema GLBT deixe de estar na página, página e meia e se torne o conjunto das resoluções e indicações aqui aprovadas.

Porque, presidente, no cômputo das muitas conferências já realizadas ao longo deste momento inovador de democracia participativa na história do país, o Programa Nacional dos Direitos Humanos não viria a ser mais do que a junção da Conferência da Mulher, da Conferência da Igualdade Racial, da Conferência de Saúde, da conferência de cada um dos segmentos aqui representados para o esforço de síntese e aglutinação.

É emoção também, presidente, porque aqui, nesse contexto do tabu, do proibido, do que não pode ser declarado, da palavra que não pode ser dita, nós estamos herdando tradições milenares, onde historiadores, nas suas contradições, vão situar figuras como um dos maiores pensadores da antigüidade clássica, Sócrates, pai da filosofia grega. Vão situar como precursores desse movimento figuras como Leonardo da Vinci. Grandes e muitíssimas figuras da literatura mundial, de Prost a Oscar Wilde. De Frederico Garcia Lorca, assassinado pelas tropas franquistas por ser republicano, por ser poeta, por ser homossexual.

Nós estamos colhendo a luta de mártires anônimos, de militantes que estão aqui presentes que não são mártires. Atores políticos que estão presentes fisicamente ou em espírito, na construção dessa história. Gente de todos os partidos, mas, dos nossos queridos amigos, Marta Suplicy, inovadora, pioneira, desbravadora. Sérgio Mamberti, o nosso deputado João Batista Breda, o meu antecessor Nilmário Miranda, que organizou o Programa Brasil sem Homofobia. Deputados autores e sustentadores de projetos fundamentais, Iara Bernardi, Luciano Zica, Cida Diogo a senadora Fátima, tantos hoje aqui presentes que compuseram a agenda do Legislativo.

E neste encontro, presidente, o Brasil cresce mais um pouco como exemplo de democracia. Democracia que consegue avançar em Direitos Humanos a cada mês, a cada ano mesmo sob a base de quatro séculos de escravidão. A escravidão que instituía nas capitais desse país um bairro central chamado Pelourinho. O lugar, em Salvador, está lá intacto ainda, é famoso, é o instrumento de suplício do Estado.

Nós tivemos duas ditaduras no século 20. O processo da escravidão com a abolição, 13 de maio, Lei Áurea, que neste ano completas 120 anos é, ainda, um processo inconcluso. Que a criação da Seppir, as

políticas de cotas representam a sustentação da eqüidade, que não é mero fenômeno, não é mero substantivo. Sinônimo de igualdade. Eqüidade é mais preciso do que igualdade, eqüidade é a justiça do caso concreto. É tratar desigualmente desiguais para produzir Justiça.

Assim como Celso Amorim, presidente, e na sua viagem que tive a honra de acompanhar ao Haiti na semana passada, um desafio dos Direitos Humanos que devemos colocar em primeira grandeza para o Brasil e cada nação da América do Sul. Não podemos permitir que o drama do Haiti siga desamparado, solto como atualmente. É preciso que o Brasil e o presidente Lula, liderando esse processo, chame a uma nova mobilização brasileira, uma nova mobilização sul americana para trazer o Haiti para aquilo que ele merece. A primeira revolução popular do continente, revolução de escravos. A primeira República, derrotou o exército de Napoleão.

O ministro Celso Amorim contava como foi o momento na ONU em que ele conseguiu passar a proposta de uma resolução, que ele queria que tivesse uma linha só, e acabou virando uma página. Mas, a linha que ele queria era a declaração do racismo como incompatível com a democracia. O que nós queremos hoje é declarar a homofobia como incompatível com a democracia. E fazer o debate em torno da construção democrática.

Presidente, nosso planeta ainda tem países onde a homossexualidade é punida com a pena de morte, tem ditadores. Um ditador africano que está muito presente na imprensa recentemente, que declarou: “Se querem ser gays que sejam na Holanda, que seja na Bélgica, na Suécia, não aqui!”. O Brasil hoje declara que aqui é o lugar sim de convivência na diferença de todos os seus filhos, de todas as suas filhas.

O Brasil não aceita o triângulo rosa. Não pode haver estigmatização no trabalho, na educação, na saúde. Há o compromisso de todos os ministérios aqui presentes e nós levamos às instâncias internacionais, levamos a Genebra, à Conferência das Nações Unidas na assembléia, em Nova York, ao Mercosul.

Está acontecendo hoje o segundo dia da 12^a Conferência de Direitos Humanos do Mercosul. Eu fiquei só ontem em Buenos Aires e voltei

para este encontro. Em que já é uma pauta, um grupo de trabalho, um seminário realizado criando a articulação de todos os nossos países.

O Brasil já é um país em que empresas públicas como a Petrobras, como a Caixa Econômica Federal, muitas outras, já saem na frente assegurando para os seus funcionários direitos que a lei brasileira ainda não conseguiu assegurar no tema da igualdade de direitos previdenciários, a união civil entre pessoas do mesmo sexo.

Nosso país tem estados, como o Rio de Janeiro, em que o governador acaba de mandar à Assembléia uma proposta na mesma direção. Tem estados, como Alagoas, Mato Grosso, Pará, Sergipe e o Distrito Federal com leis estaduais. Têm cidades como São Paulo, Porto Alegre, Aracaju, Florianópolis, Teresina, Goiânia, a nossa São Bernardo do Campo, com legislação municipal. O Brasil que já tem atitudes positivas do Judiciário, que começa a tomar medidas de reconhecimento constitucional dos direitos.

E eu termino a minha fala pedindo licença para três pequenas, discretas e moderadas intervenções, numa esfera que não me compete. A Conferência é soberana para decidir as políticas e as estratégias que bem quiser pela regra da maioria, pelo voto democrático.

Se me permitem, como uma pessoa que tem dois anos e meio de governo e 40 anos de militância na sociedade civil, no movimento sindical, as três observações que peço licença para fazer são: primeiro, não subestimem em nenhum momento a idéia da unidade do movimento. A unidade para agir junto. E nós sabemos que a unidade, na democracia, não é a de um pensamento só. São muitos que se compõem, que se articulam, se comprometem para agir juntos, para não permitir que o movimento seja enfrentado ou, eventualmente, sofra revezes por conta de disputas internas.

Segunda recomendação: aqui, a plataforma aprovada terá um conteúdo político que é evidentemente superior ao de qualquer resolução já tomada nesses 30 anos de história, 40, ninguém sabe de quais as origens. Todos lembram do Somos, lembram do Lampião, de Agnaldo Silva, lembram das primeiras publicações, certamente são décadas. Figuras como Luiz Mott, na Bahia. Figuras importantes que são precursores e, nesse sentido, esta de hoje tem uma dimensão

política mais séria porque é uma conferência oficial do Estado Brasileiro. E sendo uma conferência oficial do Estado Brasileiro é preciso pensá-la também sob a ótica dos velhos temas da estratégia política que todo o mundo sabe, desde o seu fundador, Niccolò Machiavelli, lá em Florença - outro discriminado que é tido no senso comum como um manipulador, é o fundador do pensamento político -, a idéia de analisar sempre friamente a correlação de forças.

Quem são aliados na luta? E os neutros, se existem? E quem são os adversários? E não entender que os adversários sejam um bloco unido, formado apenas por nazistas, por homofóbicos que certamente existem, mas pode haver contingente de adversários que são pessoas presas a tabus, a processos que envolvendo a nossa sexualidade, e aqui todo o mundo sabe que desde os estudos de Freud, de Reich, a sexualidade é a ambivalência, a convivência de pólos do feminino e do masculino em cada um de nós.

Isso é ciência, não é ideologia, não é palpite. Com isso, a estratégia tem de ser também de enfrentamento porque o presidente Lula, mais do que ninguém, sabe que o enfrentamento produz vitórias democráticas. Nós comemoramos, também, 30 anos das lutas de vila Euclides neste 2008. Mas, além do enfrentamento, este movimento tem um enorme espaço para estratégias de convencimento.

Os Ministérios da Educação, da Saúde, as Secretarias Especiais da Mulher, da Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Geral da Presidência, as várias instâncias, presidente, a frente parlamentar, Senado e Câmara presentes aqui. O convencimento que já leva a dizer que também quando se realiza uma parada gay, como a de 25 de maio, não há hostilidade das pessoas no trajeto, há um acolhimento. Esse país muda, ele é vocacionado a idéia de conviver na divergência.

E eu termino dizendo, sobretudo, um último palpite, o pedido, apelo, a conclamação é para além da formulação da estratégia e do programa para o próximo período do movimento, do segmento compromissando, autoridades públicas, que são também delegados eleitos oficialmente nas etapas estaduais dos 27 estados. A dignidade desta nossa luta será tanto maior quanto mais nós nos vermos como parte integrante da mesma luta em defesa dos direitos da criança, da igualdade de gênero, homem e mulher, da igualdade racial. É a mesma luta dos índios e das pessoas portadoras de deficiência.

Além da idéia de sair daqui com uma bem definida estratégia e programa de ação, que saíamos daqui mais sensíveis à idéia de nos unirmos às demais lutas pelos Direitos Humanos para garantir, sim, a construção de mais Brasil para mais brasileiros e mais brasileiras.

Muito obrigado.